

CHAMADA PÚBLICA MCTI/FINEP CT-HIDRO 01/2013

SELEÇÃO PÚBLICA DE PROPOSTAS PARA APOIO A PROJETOS EM REDE NA ÁREA DE RECURSOS HÍDRICOS

1 OBJETIVO

Selecionar propostas para apoio financeiro a projetos em rede de pesquisa e desenvolvimento tecnológico de produtos e processos inovadores, inclusive aplicados à gestão de Recursos Hídricos.

1.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os projetos das redes devem estar vinculados a um ou mais objetivos específicos, listados a seguir:

- Integração das instituições de pesquisa através da formação de redes em torno dos temas prioritários;
- Desenvolvimento e/ou aperfeiçoamento de alternativas / técnicas / processos tecnológicos inovadores, preferencialmente de baixo custo, de alta sensibilidade e de fácil utilização;
- Geração de capacidade de PD&I das instituições participantes, com vistas a desenvolver, conservar e fortalecer a excelência nos temas tratados;
- Capacitação de Recursos Humanos nos temas tratados na chamada;
- Geração e disseminação de conhecimentos técnicos e científicos sobre os temas tratados nos projetos, disponibilizando como fonte de aprendizado;
- Incentivo do segmento privado nacional de equipamentos e sistemas aplicáveis no setor de recursos hídricos.

1.2 TEMAS PRIORITÁRIOS

No âmbito desta chamada serão apoiados projetos estruturados em rede, nos seguintes temas:

Tema 1 – Detecção e remoção de micropoluentes emergentes

Desenvolvimento de tecnologias, especialmente nanossensores, para detecção e remoção de poluentes, principalmente micropoluentes emergentes perturbadores endócrinos (resíduos de medicamentos, hormônios, agrotóxicos cianotoxinas, entre outros) e microorganismos patogênicos emergentes, que representam riscos à saúde, em corpos hídricos superficiais e subterrâneos voltados para os usos múltiplos da água, especialmente para o abastecimento humano.

Tema 2 – Produtos e processos inovadores

Desenvolvimento e inovação de tecnologias, produtos e processos, aplicáveis ao segmento hídrico, para: análise e avaliação de riscos químicos e microbiológicos, com ênfase na análise do ciclo de vida (“life cycle assessment”) de sistemas de tratamento de água, de esgotos e de efluentes industriais; a qualidade e o reuso seguro de efluentes de sistemas de tratamento de esgotos domésticos prediais, urbanos e de pequenas comunidades, de plantas industriais de pequeno e médio porte; o uso de energias alternativas para o tratamento de água; o desenvolvimento de sistemas simplificados para dessalinização de águas salobras e salinas para usos potáveis e não potáveis; o aumento da disponibilidade hídrica por meio de técnicas inovadoras como novas formas de exploração, gestão e conservação dos mananciais superficiais e subterrâneos existentes; a prevenção, minimização e mitigação de impactos negativos decorrentes do uso da água na produção de petróleo, gás natural, gás de xisto e biocombustíveis; monitoramento, controle e gestão dos recursos hídricos, nas áreas de hidrometeorologia, hidrogeologia, sedimentologia, conservação e qualidade da água, considerando a realidade brasileira; normalização, certificação e calibração de instrumentos, equipamentos e instalações.

2 ELEGIBILIDADE DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES

Instituição Proponente / Conveniente: Órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta de qualquer esfera de governo, ou Instituição de Pesquisa Científica e Tecnológica, pública ou privada sem fins lucrativos. A Instituição Proponente / Conveniente será responsável pela execução gerencial e financeira do projeto. As instituições acima poderão ser representadas por Fundações / Instituições de Apoio.

Instituições Executoras: Instituição de Pesquisa Científica e Tecnológica - ICT, pública ou privada sem fins lucrativos.

Instituições Intervenientes Cofinanciadoras: Empresa brasileira, individualmente ou em conjunto, interessada nos resultados do projeto e que dele participa com aporte de recursos financeiros e/ou não financeiros.

As Instituições Federais devem ser integrantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

As instituições privadas sem fins lucrativos deverão ter no mínimo 03 (três) anos de existência, em observância ao disposto no art. 55, inciso VII, da Lei 12.708 /12 – LDO 2013.

3 CARACTERÍSTICAS DA PROPOSTA

Serão apoiadas propostas organizadas em formato de Rede de Pesquisa, as quais deverão conter, no mínimo, 3 (três) subprojetos, a serem executados por ICTs distintas, participantes da Rede. Cada Rede deverá, portanto, ser constituída por, no mínimo, 3 (três) ICTs distintas.

Cada proposta poderá concentrar-se em um dos temas prioritários ou concorrer nos dois.

Uma mesma instituição executora poderá participar em mais de uma rede, desde que a unidade de pesquisa e as equipes responsáveis pela apresentação de cada uma das propostas sejam distintas.

As redes deverão ser formadas por ICTs com experiência no tema e, preferencialmente, por empresas que atuem no setor.

Os subprojetos que se destinem a concorrer no Tema 1, deverão ter seu título iniciado com a palavra “Micropoluentes”. Aqueles que concorrerem no Tema 2, deverão ter seu título iniciado com a expressão “Produtos e Processos”.

Deverão ser observados os valores mínimos de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e máximo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) por subprojeto.

Cada subprojeto deverá relacionar o(s) coordenador(es) e as equipes de pesquisadores participantes. Os currículos de todos os pesquisadores envolvidos deverão ser atualizados na plataforma Lattes.

Os itens de orçamento deverão observar, obrigatoriamente, os requisitos apresentados a seguir e as definições apresentadas no “Item 8”.

A denominação de cada item de orçamento deverá ser mantida em todos os documentos da proposta.

Nos casos de subprojetos que incluam solicitação de recursos para realização de obras / serviços de engenharia deverá ser apresentado o projeto básico, a comprovação do exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade do imóvel onde as intervenções serão realizadas, a licença ambiental prévia ou a declaração de desnecessidade assinada pelo dirigente máximo da instituição executora.

Na impossibilidade de apresentação de projeto básico, deverá ser apresentado, em substituição, o projeto preliminar. Nos subprojetos que se enquadrem neste caso, poderão ser solicitados recursos para a confecção do projeto básico/executivo, limitado a 5% do valor da obra / serviço de engenharia a ser implementado no âmbito do subprojeto.

É obrigatória a apresentação de proposta técnica e orçamentária para todos os itens de serviços de terceiros cujo valor total seja igual ou maior que R\$100.000,00 (cem mil reais).

É obrigatória a apresentação das *pro formas* ou do orçamento obtido junto ao fabricante para:

- Todos os equipamentos importados;
- Os equipamentos nacionais cujo valor total seja igual ou superior a R\$100.000,00 (cem mil reais); e

- O material permanente cujo valor total seja igual ou superior a R\$100.000,00 (cem mil reais).

Para os equipamentos e materiais permanentes importados deverá ser informada, ainda, a taxa de câmbio e a data da cotação utilizadas para a conversão dos seus valores em Real.

4 RECURSOS FINANCEIROS A SEREM CONCEDIDOS

No âmbito desta Chamada Pública, serão comprometidos recursos não-reembolsáveis no valor de R\$ 19.000.000,00 (dezenove milhões de reais) originários do FNDCT/CT-HIDRO, sendo:

- R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais) para o Tema 1; e
- R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) para o Tema 2.

Dos recursos financeiros a serem concedidos, pelo menos trinta por cento (30%) deverão ser aplicados nas regiões Norte (N), Nordeste (NE) e Centro-Oeste (CO). Caso o valor total das propostas selecionadas para aprovação, oriundas dessas regiões, seja inferior a este percentual, os recursos não aplicados serão automaticamente transferidos às propostas com melhor classificação de outras regiões.

Caso o valor dos projetos aptos à aprovação em um dos temas não utilize a totalidade dos recursos disponíveis, os mesmos serão automaticamente transferidos para o outro tema.

A liberação dos recursos somente ocorrerá em conformidade com a disponibilidade orçamentária e financeira do FNDCT/CT-HIDRO.

5 APORTES DE RECURSOS DAS INSTITUIÇÕES INTERVENIENTES

Empresas participantes deverão aportar ao projeto recursos financeiros e/ou não financeiros, desde que economicamente mensuráveis.

As informações para a mensuração dos aportes não financeiros deverão constar da proposta.

O aporte das empresas deve obedecer aos percentuais, abaixo definidos, que incidem sobre o valor total solicitado ao FNDCT/CT-HIDRO.

PORTE EMPRESA	FATURAMENTO ANUAL	APORTE MÍNIMO
Micro e Pequeno Porte	Até R\$ 3.600.000,00	5%
Pequena	De R\$ 3.600.000,01 a R\$ 16.000.000,00	10%
Média	De R\$16.000.000,01 a R\$ 90.000.000,00	50%
Média-grande	De R\$ 90.000.000,01 a R\$ 300.000.000,00	100%
Grande	Acima de R\$ 300.000.000,00	100%

No caso de grupo ou consórcio de empresas, será considerado o faturamento da empresa de maior porte.

Para definição do porte econômico da empresa, deve ser considerado o faturamento global do grupo econômico ao qual pertence.

A FINEP poderá financiar o aporte de recursos da empresa, desde que os recursos solicitados sejam destinados exclusivamente ao projeto, e que o valor não seja inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Para esse fim, a proposta de financiamento desse aporte poderá ser submetida à apreciação da FINEP em etapa posterior dentro dos mecanismos de financiamento reembolsável, previstos no âmbito do Programa Inova Brasil.

6 CONTRAPARTIDA

De acordo com o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2013 será exigida a apresentação de contrapartida financeira, nos convênios que vierem a ser firmados diretamente com Instituições Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, nos percentuais mínimos e máximos sobre o valor total concedido, indicados nos Itens 6.1 e 6.2, abaixo.

Não é exigida contrapartida de órgão ou entidade da Administração Pública Federal, direta ou indireta, e de Instituições privadas sem fins lucrativos.

No caso de entes integrantes de conta única, poderão ser consideradas contrapartida financeira, despesas com recursos humanos (horas de trabalho) alocados no projeto. A proposta deverá detalhar as bases de mensuração desta contrapartida, ou seja, deve informar o nome, CPF, tempo de dedicação (em horas), valor da hora etc. dos membros participantes.

6.1 INSTITUIÇÕES MUNICIPAIS

- Municípios com até 50.000 habitantes..... 2-4%
- Municípios acima de 50.000 habitantes, localizados nas áreas prioritárias definidas no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), nas áreas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), da Agência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO)..... 4-8%
- Demais Municípios 8-20%

6.2 DISTRITO FEDERAL E ESTADOS

- Distrito Federal e Estados localizados nas áreas prioritárias definidas no âmbito da PNDR, nas áreas da SUDENE, SUDAM e SUDECO 5-10%
- Demais Estados.....10-20%

7 PRAZOS

Lançamento da Chamada Pública	19/07/2013
Disponibilização do Formulário (FAP)	22/07/2013
Data final para envio eletrônico da proposta (*)	30/08/2013
Data final para a entrega na FINEP/postagem da cópia impressa	02/09/2013
Divulgação dos resultados preliminares	A partir de 11/10/2013
Divulgação dos resultados finais	A partir de 22/11/2013

(*) O horário para envio da versão eletrônica na data limite para apresentação das propostas se encerra às 18h (horário de Brasília).

7.1 PRAZO DE VALIDADE

a) Prazo de Validade da Chamada Pública

Essa Chamada Pública tem validade de 12 (doze) meses.

b) Prazo de Execução do Projeto

O prazo de execução do projeto deverá ser de até 36 (trinta e seis) meses, podendo ser prorrogado a critério da FINEP.

8 DESPESAS APOIÁVEIS

Poderão ser apoiadas em observância à legislação em vigor à época da aprovação do projeto, as seguintes despesas:

(a) Despesas Correntes tais como: material de consumo, *softwares*, instalação, recuperação e manutenção de equipamentos, despesas acessórias com importação, serviços de terceiros (pessoa física e jurídica), passagens, diárias e despesas de patenteamento.

(b) Despesas de Capital tais como: equipamento, material permanente e material bibliográfico, obras, instalações civis e reformas necessárias ao desenvolvimento do projeto.

(c) Despesas Operacionais e Administrativas: O projeto poderá solicitar a cobertura de despesas operacionais e administrativas, de caráter indivisível, respaldadas na Lei nº 10.973/04, denominada “Lei da Inovação”, até o limite de 5% do valor dos recursos federais solicitados, excluindo o valor de bolsas.

(d) Bolsas: O projeto poderá prever, em até 20% do valor equivalente à soma dos recursos requeridos ao FNDCT/Fundo Setorial, nos itens a, b e c acima, as seguintes bolsas do CNPq:

- Desenvolvimento Tecnológico e Industrial (DTI);

- Iniciação Tecnológica e Industrial (ITI);
- Especialista Visitante (EV);
- Extensão no País (EXP);
- Apoio Técnico em Extensão no País (ATP).

As bolsas serão implementadas pelo CNPq de acordo com as características de cada uma e segundo as normas e procedimentos daquela agência, que podem ser consultadas no endereço http://www.cnpq.br/normas/rn_06_019.htm.

9 PROCEDIMENTOS

9.1 APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

A proposta deverá ser enviada à FINEP através da Internet, até a data limite estabelecida no “Item 7” desta Chamada Pública, no horário de até 18hs (horário de Brasília), por meio do Formulário de Apresentação de Propostas (FAP) específico para essa Chamada Pública, disponível na página eletrônica da FINEP (www.finep.gov.br).

O preenchimento deverá ser realizado de acordo com as instruções contidas no Manual que acompanha o Formulário.

As propostas deverão ser impressas em papel A4, sem nenhum tipo de encadernação ou grampeamento, em 2 (duas) vias.

É vedada qualquer alteração na proposta, posterior ao envio eletrônico dos dados.

Às vias impressas, que serão remetidas pelo correio, poderão ser anexados outros documentos e informações consideradas relevantes para análise do projeto, até um limite total de 50 (cinquenta) folhas. Documentos eventualmente solicitados nessa Chamada não serão contabilizados nesse limite.

Os currículos atualizados da equipe executora de cada subprojeto da proposta deverão ser encaminhados em meio eletrônico (CD-ROM).

A documentação poderá ser entregue diretamente no Protocolo da FINEP/RJ, no endereço abaixo indicado, ou remetida pelo correio, mediante registro postal ou equivalente, com comprovante da postagem dos Correios até a data limite para envio das vias impressas, estabelecida no “Item 7” desta Chamada Pública, devendo constar no envelope a seguinte identificação:

CHAMADA PÚBLICA MCTI/FINEP CT-HIDRO – 01/2013
(sigla conveniente)/(sigla executor)/ (sigla projeto)
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
Praia do Flamengo, 200, 3º andar - PROTOCOLO
22.210-065 – Rio de Janeiro – RJ

Após o prazo limite para apresentação das propostas, nenhuma outra será recebida, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem explícitos e formalmente solicitados pela FINEP.

Recomenda-se que todas as instituições envolvidas cadastrem-se no Portal Inovação, no endereço www.portalinovacao.mct.gov.br.

9.2 PROCESSO DE SELEÇÃO

9.2.1 Requisitos Básicos Necessários para Avaliação da Proposta

- a) Instituição proponente elegível, conforme “Item 2” da Chamada Pública;
- b) Instituição executora elegível, conforme “Item 2” da Chamada Pública;
- c) Atendimento aos valores mínimos e máximos de solicitação, conforme “Item 3” da Chamada Pública;
- d) Arranjo institucional em Rede, com, no mínimo 3 (três) ICTs, conforme “Item 3” da Chamada Pública;
- e) Atendimento aos valores da contrapartida, conforme “Item 6” da Chamada Pública;
- f) Atendimento aos prazos de envio da proposta, conforme “Item 7” da Chamada Pública.

O não cumprimento dos requisitos básicos acima ou a falta de veracidade em quaisquer das implicará informações prestadas a eliminação da proposta.

9.2.2 Documentos Necessários para Avaliação de Itens de Serviços de Terceiros (exceto Serviços de Engenharia), de Equipamentos e de Material Permanente

- a) Para serviços de terceiros: apresentação de orçamento específico para serviços com valor total igual ou superior a R\$100.000,00;
- b) Para todos os equipamentos importados: apresentação de *pro forma*;
- c) Para equipamentos nacionais: apresentação de orçamento para equipamentos com valor total igual ou superior a R\$100.000,00;
- d) Para material permanente: apresentação de orçamento para o material permanente com valor total igual ou superior a R\$100.000,00.

A ausência ou inadequação de quaisquer desses documentos ou a falta de veracidade em qualquer das informações prestadas implicará a eliminação do item solicitado.

9.2.3 Documentos necessários para avaliação de itens de obras / serviços de engenharia

- a) Projeto básico ou, na ausência deste, apresentação em caráter provisório do projeto preliminar (definidos conforme “Item 11”);

Todos os documentos componentes do projeto básico ou, quando for o caso, do projeto preliminar, deverão, obrigatoriamente, possuir identificação contendo:

- Nome da obra/instalação/serviço de engenharia: idêntico à descrição do item de despesa da relação de itens do plano de trabalho;
 - Local da obra: endereço completo do espaço a ser construído ou onde serão executadas as reformas ou ampliações, identificando a unidade da instituição;
 - Nome da Instituição Executora (ICT);
 - Responsável(is) técnico(s) pela elaboração: nome, assinatura e número do CAU ou CREA/CONFEA;
 - Data de elaboração do documento.
- b) Licença ambiental prévia das obras/ serviços de engenharia ou, quando for o caso, declaração de desnecessidade assinada pelo dirigente máximo da Instituição Executora;
- c) Comprovante do exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade do imóvel onde a obra/serviço de engenharia será realizado, através de certidão, emitida no último exercício, pelo Registro Geral de Imóveis (RGI) pertinente.

Em caso de haver divergência entre os endereços apresentados na documentação supracitada e na certidão de RGI da instituição, deverá ser enviada declaração assinada pelo dirigente máximo da Instituição Executora atestando a equivalência dos endereços informados.

No que tange às alíneas:

- “a” e “b”: a ausência ou inadequação de quaisquer dos documentos citados ou a falta de veracidade em quaisquer das informações prestadas implicará na eliminação do item de obra solicitado;
- “c”: a ausência ou inadequação dos documentos citados deverá ser sanada no prazo máximo improrrogável de 15 (quinze) dias corridos, a contar da solicitação por parte da FINEP, sob pena de eliminação do item de obra / serviço de engenharia solicitado.

Os projetos, plantas e similares deverão ser impressos em tamanho compatível com a clareza e legibilidade de seus conteúdos.

9.3 AVALIAÇÃO DE MÉRITO

Os subprojetos que atenderem às exigências formais da presente Chamada Pública serão submetidos a um Comitê de Avaliação, constituído por consultores externos. O Comitê será subdividido em grupos, garantindo que nenhum pesquisador tenha acesso ou participe da avaliação da proposta da instituição a qual está vinculado.

O Comitê de Avaliação analisará separadamente o mérito dos subprojetos, segundo os critérios abaixo:

CRITÉRIOS	Δ NOTAS	PESO
Relevância da proposta quanto aos objetivos e temas de interesse estabelecidos pela Chamada Pública	1 - 5	5
Coerência das metodologias e procedimentos a serem adotados para execução da proposta	1 - 5	5
Qualificação da equipe executora e sua adequação às necessidades da proposta	1 - 5	5
Experiência do coordenador na área, que deverá ser caracterizada pela autoria de patentes e/ou artigos científicos publicados em periódicos indexados	1 - 5	5
Adequação da infraestrutura física para execução da proposta	1 - 5	4
Mecanismos de gerenciamento da proposta para trabalho em rede	1 - 5	4
Perspectivas de transferência e incorporação dos resultados da proposta para o setor	1 - 5	3
Potencialidade de impactos social e ambiental da proposta	1 - 5	3

Serão indeferidos os subprojetos:

- Com média ponderada inferior a 3,0 (três pontos);
- Com média ponderada igual ou superior a 3,0 (três pontos), caso o percentual de recomendação para apoio não atinja 80% (oitenta por cento) do valor total solicitado para o subprojeto.

Os demais subprojetos que obtiverem média ponderada igual ou superior a 3,0 (três pontos) serão recomendados.

Os subprojetos recomendados no mérito serão classificados de forma decrescente considerando a média final da pontuação. A seguir, as propostas serão submetidas a uma análise técnico-jurídica.

9.4 ANÁLISE TÉCNICO-JURÍDICA

As propostas classificadas serão submetidas a uma análise quanto a aspectos técnicos, tais como a adequação do cronograma físico (metas, atividades, indicadores de progresso, prazos), orçamento e cronograma de desembolso da proposta.

Durante a análise técnico-jurídica do projeto, poderá ser comunicada ao proponente qualquer irregularidade ou imprecisão no plano de trabalho, que deverá ser sanada no

prazo de 15 (quinze) dias corridos, sob pena de desistência no prosseguimento do processo.

No tocante à análise jurídica, serão verificadas a elegibilidade das instituições partícipes, a documentação necessária à contratação e a adequação à legislação vigente.

Caso algum dos aspectos analisados não atenda às disposições da Chamada ou à legislação vigente, a proposta será eliminada.

Durante a análise jurídica, caso necessário, serão solicitados documentos institucionais.

9.5 DELIBERAÇÃO FINAL

As propostas recomendadas na forma do “Item 9.4” serão submetidas à apreciação da Diretoria Executiva da FINEP para decisão final.

Caso haja uma maior disponibilidade de recursos financeiros e orçamentários do governo federal, outras propostas recomendadas no mérito poderão ser aprovadas.

9.6 CONTRATAÇÃO

As condições para a contratação de cada projeto serão definidas na Decisão da Diretoria Executiva da FINEP.

A minuta de convênio assinada pelos representantes legais das Instituições participantes, exceto a Concedente, deverá ser entregue à FINEP no prazo máximo de 15 dias a contar do seu recebimento. O não cumprimento do prazo poderá acarretar o arquivamento da proposta.

9.7 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

O acompanhamento técnico e financeiro dos projetos apoiados será feito pela FINEP ou por entidade designada, através de relatórios técnicos, de visitas de acompanhamento, reuniões técnicas ou outros mecanismos de avaliação, a critério da FINEP.

10 DISPOSIÇÕES GERAIS

Base Legal: Termo de referência assinado em 08/07/2013; Instrução Normativa n.º 01/2010 de 25/06/2010 do Conselho Diretor do FNDCT, publicada no DOU em 28/06/2010.

Interposição de Recursos: Com base na Lei nº 9784/99, a instituição candidata poderá apresentar manifestação formal de interesse na interposição de recurso às decisões da FINEP, através de correspondência formal, dirigida ao Presidente da FINEP, com comprovante da postagem dos Correios, até 10 (dez) dias corridos após a divulgação do resultado preliminar no site institucional da FINEP.

Obras / Serviços de Engenharia: Se na proposta estiver previsto o apoio com recursos da Concedente à realização de obras / serviços de engenharia no imóvel, que visem adequar o espaço físico para a instalação dos equipamentos e material permanente, impõe-se como condição prévia à liberação da parcela referente à obra ou serviço em questão, a apresentação do projeto básico. Se houver previsão de liberação dos recursos em parcela única será exigida a apresentação do projeto básico antes do seu desembolso.

Revogação ou Anulação da Chamada Pública: A qualquer tempo, a presente Chamada poderá ser revogada ou anulada, no todo ou em parte, por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique em direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

À FINEP reserva-se o direito de resolver os casos omissos e as situações não previstas na presente Chamada Pública.

11 CONCEITOS

Para fins desta Chamada considera-se:

Instituição de Pesquisa Científica e Tecnológica – ICT: Instituição Pública ou privada sem fins lucrativos que tenha por missão institucional, dentre outras, executar atividades de pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico.

Empresa: Organização econômica, instituída para a produção ou a circulação de bens ou de serviços, com finalidade lucrativa, devidamente registrada na Junta Comercial.

Empresa brasileira: Empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha a sede de sua administração no país.

Contrapartida: Recursos financeiros e/ou não financeiros aportados ao projeto pelo conveniente e/ou executor, a serem aplicados para o desenvolvimento do projeto.

Valor Total do Projeto: Valor solicitado ao FNDCT (despesas de custeio e despesas de capital) + contrapartida(s) + valor do aporte de recursos financeiros da(s) instituição(ões) interveniente(s) cofinanciadora(s).

Projeto Básico - conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução (Art. 6º, Item IX – Lei 8.666/93). São documentos obrigatórios do projeto básico:

a) Desenhos do projeto de arquitetura:

- Para construções novas: planta geral de situação, planta baixa (dos pavimentos, cobertura e subsolo), elevações (fachadas frontais, posteriores e laterais) e cortes (longitudinais e transversais);
 - Para reformas e ampliações: planta geral de situação, planta do layout original caracterizando com clareza elementos “a demolir” e “a construir”, planta do novo *layout*.
- b) Memorial descritivo, contendo:
- Descrição do objeto projetado, na forma de texto, necessária ao pleno entendimento do projeto, onde são apresentadas as soluções técnicas adotadas, bem como suas justificativas, complementando as informações contidas nos desenhos do projeto;
- c) Planilha orçamentária de custos contendo, no mínimo:
- Discriminação de cada serviço, unidade de medida, quantidade, custo unitário e custo parcial;
 - Custo total orçado, representado pela soma dos custos parciais de cada serviço e/ou material;
 - a taxa percentual e o valor do BDI (Benefícios e Despesas Indiretas);
 - Justificativa técnica para os custos adotados, informando qual a tabela de referência adotada (SINAPI, SINDUSCON etc.);
- d) Cronograma físico-financeiro dos serviços a serem executados durante a obra demonstrando em cada período, o percentual físico a ser executado e o respectivo valor financeiro despendido.

Projeto Preliminar: caracteriza-se por um conjunto de elementos referentes à obra / serviço de engenharia proposto, quais sejam:

- a) Projeto arquitetônico preliminar:
- Construção nova: planta de situação e planta(s) baixa(s) do(s) pavimento(s), com dimensionamentos globais, áreas construídas e n.º de pavimentos;
 - Reformas e ampliações: no caso de reformas, planta de situação, planta do layout original caracterizando com clareza elementos “a demolir” e “a construir” e planta do novo layout;
- b) Memorial descritivo fornecendo os elementos suficientes à caracterização da obra ou serviço de engenharia;
- c) Orçamento sintético, de acordo com o projeto de arquitetura preliminar, contendo os grandes itens dos serviços a serem executados (ex: fundações, estruturas, instalações elétricas, instalações hidráulicas etc.);
- d) Justificativa técnica para os custos adotados, informando qual a tabela de referência adotada (SINAPI, SINDUSCON, etc);

e) Estimativa do prazo para execução das obras;

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados finais serão divulgados na página da FINEP (www.finep.gov.br), informado através de carta aos proponentes e publicado no Diário Oficial da União.

Esclarecimentos acerca do conteúdo desta Chamada Pública poderão ser obtidos através do Serviço de Atendimento ao Cliente FINEP (SEAC) por e-mail - seac@finep.gov.br, ou telefone: (21) 2555-0555.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 2013

GLAUCO ANTONIO TRUZZI ARBIX

Presidente

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP